

# MICROSCÓPIO

RAUL PILLA

José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, foi dos maiores estadistas do Brasil. Entre outros assinalados serviços, deve-lhe o país a Lei do Ventre Livre, que assestou um golpe mortal na escravidão, e a revogação da famigerada lei policial de 3 de dezembro de 1841, que fôra causa da revolução liberal de 1842.

Quando a lei redentora de uma raça infeliz passou em última discussão, uma chuva de flôres caiu sobre Rio Branco e seus companheiros de cruzada; e o ministro dos Estados Unidos, apanhando algumas pétalas, disse: "Vou mandar estas flôres ao meu país, para mostrar como aqui se fez uma lei, que lá custou tanto sangue".

O gabinete Rio Branco durou mais de quatro anos e pudera ter ido mais longe, se não fôra um desgraçado acidente. Achava-se Mauá às portas da falência e, embora transpirasse o fato, tomara o governo cerca de sete mil contos em cambiais da sua casa bancária. Recusados os saques em Londres, o negócio rebentou no parlamento como um escândalo. Ninguém duvidava da boa fé do presidente do Conselho, mas o erro por êle perpetrado havia trazido um avultado prejuizo ao Tesouro Nacional. E assim foi que, assoberbado pelos ataques da opposição, o grande estadista acabou abandonando o governo a 25 de junho de 1875, não obstante a confiança que lhe manifestara o Imperador.

Hoje, passam-se diferentemente as coisas. Os ministros dispõem francamente dos dinheiros públicos para auxiliar as empresas mais ou menos duvidosas dos amigos, nenhum dos quais alcançaria o calcanhar do burro de Mauá, e nada lhes acontece, nem sequer um convite para virem explicar pessoalmente o negócio no Congresso.

Mudaram os homens, ou mudaram as instituições e, com elas, os costumes? Dizem os pessimistas, que, por sinal, estão quase todos a usufruir este país, que mudaram os homens. Lá saberão eles porque o dizem.